

INFORMAÇÕES GERAIS

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CONSTITUIÇÕES

- [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 5º, inciso XXXII](#) - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- [Constituição do Estado de Goiás, art. 92, §§ 1º, 3º, 7º](#). – ao qual dispõe sobre a organização administrativa.

LEIS

- [Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011](#) – Lei Acesso à Informação
- [Lei Federal nº 13146, de 06 de julho de 2015](#) - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- [Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#) - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências
- [Lei Federal nº 14.654 de 23 de agosto de 2023](#) - Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para tornar obrigatória a divulgação dos estoques dos medicamentos das farmácias que compõem o Sistema Único de Saúde (SUS).
- [Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) - dispõe sobre o tratamento de dados pessoais
- [Lei Estadual nº 18.025, de 22 de maio de 2013](#) - Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências
- [Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014](#) - que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).
- [Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015 que, altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#) - "que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e ou fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999"; altera as

Leis n° 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei n° 91, de 28 de agosto de 1935.

- [Lei Estadual n° 18.025, de 22 de maio de 2013](#) - Dispõe sobre o acesso a informações e a aplicação da Lei Federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Estado de Goiás, institui o serviço de informação ao cidadão e dá outras providências.
- [Lei Estadual n° 20.795, de 10 de junho de 2020](#) - Que autoriza o Chefe do Poder Executivo a firmar o Termo de Colaboração que especifica.

PORTARIAS

- [Portaria n° 292/2016 SES/GO](#) – Padronização de informações de custos e alteração nos prazos
- [Portaria n° 894/2016 SES/GO](#) – Conta bancária específica
- [Portaria n° 1038/2017 SES/GO](#) - SIPEF
- [Portaria n° 518/2018 SES/GO](#) – Composição e competências da COMACG
- [Portaria Conjunta n° 001-2021](#) - SEC-CEXTERNO/TCE – CGE
- [Portaria n° 426/2021 SES/GO](#) - Institui, na Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, normas para solicitação de repasse de recursos financeiros às Organizações Sociais de Saúde e/ou Fundações Privadas a título de investimento.

DECRETOS

- [Decreto Estadual n° 10.356, de 8 de dezembro de 2023](#) - dispõe sobre a aplicação da Lei federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias com organizações da sociedade civil - OSCs, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES).
- [Decreto Estadual n° 9.063/2017](#) - Disciplina a realização de inventário dos bens tangíveis e intangíveis integrantes do patrimônio público e a respectiva avaliação, no âmbito da Administração direta, autárquica, fundacional e dos fundos especiais do Poder Executivo.

RESOLUÇÕES

- [Resolução Normativa n° 007/2011 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa n° 9/2024](#) - do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - TCE, Dispõe sobre a atuação do controle externo nas parcerias entre a administração pública e entidades de direito privado sem fins lucrativos.
- [Instrução Normativa n° 34/2016 - CGE/GAB de 09/05/2016](#) – Estabelece a sistemática de fiscalização a cargo da Controladoria Geral do Estado (CGE) na prestação de contas de recursos transferidos

voluntariamente pelo Estado de Goiás a municípios e entidades sem fins lucrativos, em especial para OSCs, ONGs, OSs e OSCIPs, ainda que por intermédio de contratos de gestão e termos de parceria

- [Instrução Normativa nº 37/2016 - CGE/GAB de 21/06/2016](#) – Estabelece a sistemática de análise e aprovação a cargo da Controladoria-Geral do Estado (CGE) dos regulamentos para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal das Organizações Sociais que possuem contratos de gestão celebrados com o Estado de Goiás
- [Resolução Normativa nº. 013/2017 TCE/GO](#) – Fiscalização da qualificação de entidades como Organizações Sociais, da formalização e execução dos Contratos de Gestão firmados pelo Estado, regulamenta as prestações de contas anuais e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº 013/2017 – TEC/GO](#) - Dispõe sobre a fiscalização da qualificação de entidades como organizações sociais, da formalização e da execução dos contratos de gestão firmados pelo Estado de Goiás, e regulamenta as prestações de contas anuais a serem disponibilizadas aos órgãos ou entidades supervisoras e dá outras providências
- [Resolução Normativa nº. 004/2018 TCE/GO](#) – Retifica a Resolução Normativa nº 013/2017, para correção de erro material

ESTATUTOS SOCIAIS

- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 13/04/2023 \(Estatuto Vigente\)](#)
- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 28/10/2021](#)
- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 30/07/2020](#)
- [Estatuto Social Consolidado – A.G.E. 05/08/2020](#)

LEGISLAÇÃO SES/GO

- [Legislação - OS Transparência \(SES/GO - 28/11/2019\)](#)
- [Legislação aplicável \(SES/GO – 18/03/2020\)](#)

Atualização: 15/02/2024